

Rüdiger Zoller

¿Poder sem Pudor? Governo, Direito e Institucionalidade no Brasil*

O Brasil comemorou em abril de 2000 a si mesmo: 500 anos do Brasil. Tomando por exato, comemorou principalmente a elite política brasileira a si mesma, e com boa razão. Pois somente em poucos países uma classe política conseguiu permanecer sem concorrência, até o momento, por tanto tempo no poder. Em virtude dessa situação, a maior parte dos brasileiros viu esse jubileu com sentimentos ambíguos, e assim também por ocasião das festividades de 22 de abril de 2000 a realidade social do Brasil foi confrontada de forma veemente e conflitiva com a imagem que a elite brasileira tem de si própria e da realidade do país. A autoconfiança da classe política do Brasil não chegou a ser abalada nem sequer pelos protestos realizados pelos grupos indígenas, pelos descendentes dos negros escravos e pelo movimento atual dos sem terra.

A discussão em torno dos “500 anos do Brasil” motivou também muitos autores fora do Brasil a expressar suas idéias a respeito do desenvolvimento e dos atuais problemas do país. Alguns desses trabalhos podem ser apresentados aqui. A produção acadêmica em torno dessa temática abrange vários aspectos e é relativamente ampla: De uma não pretensiosa visão sobre a história do Brasil (Wöhlcke) até o ambicioso interesse de apresentar teorias sobre o seu desenvolvimento (Novy), desde a inserção do país e da sua cultura no contexto da América Latina (Berg) até análises políticas (Power e Kingstone) e questionamentos econômicos atuais (Schwalbach). Há também discussões sobre constituição e práticas da justiça (von Mandach, Mont’Alverne) assim como sobre a questão agrária (Andrae, Barth, Hermann) e o problema das drogas (Procópio).

À acumulação de temas tão diversificados a primeira vista, é possível destacar-se no seu conjunto um tema central: No Brasil, os donos do poder político como também do poder econômico não respeitam nem reconhecem o quadro das leis. Um grupo relativamente pequeno monopoliza o domínio político do poder, e com isso também a riqueza econômica do país. A fragilidade do sistema jurídico e a desigualdade da renda contribuem para que no Brasil a classe política use o poder político sem nenhuma restrição.

Desde 1985, com a criação da fachada da democracia, constata-se que a prática da administração e da justiça não consegue ser realizada tendo como orientação o espírito da constituição e do conjunto das leis, mas, sobretudo os interesses das relações de poder clientelista. Os princípios da separação dos poderes, da institucionalidade democrática e do estado de direito comprovam com suas ações do dia-a-dia que as instituições parecem

* Quero agradecer a Dra. Maria da Guia Santos Gareis pela ajuda valiosa na tradução deste artigo ao português.

ser ainda ficção. Atrás da fachada de modernização da “Nova República” ainda se da a luta de um grupo relativamente pequeno da elite tradicional do poder para obter “o conjunto de benefícios do Estado”, que na melhor das hipóteses em sua forte concorrência por estes benefícios controla a si mesmo como a atual campanha eleitoral evidencia. A maior parte dos brasileiros é apenas espectador ou quando muito um elemento figurativo nesse palco.

O fim do regime militar e o retorno ao governo civil em 1985 despertaram grandes esperanças. A promulgação da nova Constituição em 1988 veio legitimar a institucionalização democrática, e levou com que diversos observadores e alguns dos autores que aqui se discutem a terem a esperança de que o Brasil seria agora assim um país democrático a caminho de uma sociedade socialmente mais justa. O crescimento dessa expectativa aumenta com a pretensão de que o sistema político do Brasil seria a partir de então purificado, em virtude da deposição do presidente Collor de Mello, em decorrência da acusação de corrupção, e da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com Cardoso assumiu em janeiro de 1995 um político o cargo de presidente, que de um modo geral era tido como incorruptível, e reconhecido tanto no Brasil como no exterior como político e sociólogo renomado. Depois de alguns anos de “democracia” e após o governo por duas legislativas consecutivas do presidente Fernando Henrique Cardoso, observa-se que o balanço político desses anos é tão contraditório como o conjunto do balanço do Brasil dos 500 anos: Expectativas e realidade, teorias e fatos chocam-se fortemente no mesmo espaço.

Devido esses aspectos é válido perguntar-se, se as nossas expectativas e nossa escala de valores, no caso do Brasil, não foram e não são irreais, e se a realidade política brasileira não possui outras regras de jogo em comparação com estados de direito da Europa em regime de democracia parlamentar. Em relação a este questionamento serão apresentadas e discutidas as publicações que se seguem. Que explicação os autores aqui apresentados têm para a evidente fraqueza do sistema jurídico e da institucionalidade no Brasil, em relação à permanente pretensão ao poder dos grupos e dos clãs tradicionais?

Em seu resumo geral, compacto e de agradável leitura, *500 Jahre Brasilien* (500 Anos do Brasil), Manfred Wöhlcke oferece uma visão compreensível sobre a história do Brasil desde seu “descobrimento”. Wöhlcke é incontestavelmente um dos maiores conhecedores do Brasil na Alemanha. Ele tenta reduzir todavia o volume de seu trabalho, e trata com muita consciência o contexto político da história brasileira, além de abordar aspectos econômicos, sociais, culturais e demográficos. Do descobrimento por Pedro Álvares Cabral até o domínio colonial (até 1822), da independência política até a Primeira República (1889-1930), do governo de Getúlio Vargas à ditadura militar (1964-1985) e à “Nova República” (desde 1985) vai sua descrição da “formação de uma nação”.

Wöhlcke, que expressamente não deseja apresentar uma visão teórica do mundo, pergunta-se com ceticismo, se o Brasil irá vencer os seus principais problemas. Nesse contexto, ele constata a grande “necessidade de aprendizagem coletiva”. O Brasil permanecerá sendo ainda um dinâmico e “altamente desenvolvido país em desenvolvimento”, onde se fará presente o “progresso nos setores modernos, com permanentes crises agudas e conflitos concomitantes em vários setores da sociedade” (p. 139). Mesmo assim, Wöhlcke é ainda admiravelmente otimista em sua avaliação sobre o futuro do Brasil. Mesmo que o Brasil não venha a conquistar em futuro próximo uma posição importante no cenário internacional, já de momento tem possibilidades de defender-se em relação ao poder hegemônico de outras nações. A longo prazo parece que o autor

considera como real, que o Brasil terá “um grande peso político internacional, tão logo o país consiga atingir um potencial econômico, científico, tecnológico e militar” (p. 124). Como e quando isso ocorrerá, permanece todavia em aberto.

Com maior ambição teórica argumenta Andreas Novy em seu trabalho de dissertação, *Brasilien: Die Unordnung der Peripherie* (Brasil: A Desordem da Periferia). Também sua interpretação inovadora sobre a história do Brasil “desde a sociedade escravocrata até a ditadura do dinheiro” –assim diz o subtítulo–, começa com a época da colonização. (Por razão de espaço não é possível apresentar aqui a exigente fundamentação teórica do conceito entre “espaço” e “poder” de Novy. Sua exposição permanece todavia com grande valor de leitura, mesmo que não se pretenda ou não se possa seguir sua argumentação teórica.)

Novy estrutura com precisão o deslocamento geográfico do poder central do Brasil, e o crescimento do “poder espacial” de São Paulo. Para ele as crises existentes e as mudanças de regime são fenômenos superficiais, enquanto que “sempre o mesmo grupo com o mesmo recurso procure durante séculos estabilizar o seu poder” (p. 229). O autor avalia a socialização de custos e perdas como uma característica estrutural do grupo político apenas parcialmente liberal que se encontra no poder (p. 278). Nesse aspecto sua análise e crítica se assemelham as conclusões de Wöhlcke. Em sua visão “a elite brasileira imita o modelo da Europa ou dos Estados Unidos”. Todavia, a estrutura de poder brasileiro adapta essa influência externa a sua maneira, por isso o “liberalismo real” brasileiro é contraditório e irracional diante da realidade a que ele se refere (p. 278). Novy reforça o significado da política, o fator “detentor do poder”. E ele sonha com um governo do partido dos trabalhadores (PT). Ele deseja ver uma mudança na sociedade brasileira e ele espera que essa mudança ocorra da periferia da sociedade. Novy situa-se aqui na longa tradição europeia da exigência de uma transformação da sociedade. Textos com essa intenção Manfred Wöhlcke já escreveu há vinte anos. Porém, os tempos “do desejo eufórico de mudança quando tudo girava em torno da questão reforma e revolução” são passados, e as opções da oposição no Brasil se reduziram (p. 312). Assim resta apenas a possibilidade de delimitar os abusos realizados pelos donos do poder.

A inacreditável persistência de estruturas políticas tradicionais no Brasil é também o tema do trabalho de Timothy J. Power, *The political right in postauthoritarian Brazil*. A continuidade dos agentes políticos, que pode ser observado durante anos no Brasil, e a fraqueza das instituições ocupam esse autor: “In sum, the legacy of Brazil’s conservative transition from authoritarianism is threefold: it involves (1) continuity in political personnel, (2) weakness of political institutions, and (3) the intensification of anti-institutional political practices” (p.15). Power critica a hipótese de que a “democracia conservadora” do Brasil tenha contribuído para consolidar o processo democrático. Sobre esse fato ele tem razão. Pois, já o elevado número da presença de políticos da direita teria contribuído no Brasil para impedir e retardar a consolidação da democracia na “Nova República”. Power constata o dilema que sem a participação de políticos da direita, a consolidação da democracia no Brasil teria sido impossível, mas a presença excessiva desse grupo no poder impossibilitaria também o surgimento de transformações. Essa observação é correta, mas não se orienta na análise objetiva da realidade, senão na expectativa do autor de que essa realidade deva se modificar. Mas foi exatamente esta expectativa de mudança que sempre tem sido objeto de falsificação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Uma visão sobre os agentes políticos no Brasil nos últimos trinta anos é suficiente para se exemplificar esse fato. Evidentemente so a expectativa de vida diminui a presença de políticos na estrutura do poder. Uns dos “homens que sempre estão onde o poder está” devem ser mencionados aqui. Antônio Carlos Magalhães (no Brasil conhecido somente como “ACM”), assumiu em 1967 o cargo de prefeito de Salvador (Bahia), durante o governo do presidente Geisel (1974-1979) foi o presidente da Eletrobrás, e na presidência de Figueiredo (1979-1985) se tornou governador da Bahia, depois ministro das Comunicações durante a presidência de Collor de Mello e Itamar Franco (1990-1994), e finalmente presidente do Senado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que deve a ele sobretudo a vitória do cargo. A violação do sigilo eleitoral no Senado por “ACM” em 2001, seus atritos daí decorrentes com Cardoso, e sua desistência do cargo dificilmente deverá influenciar o seu retorno nas próximas eleições. Jader Barbalho do Pará, um dos maiores inimigos pessoais de ACM, foi o seu sucessor na presidência do Senado. Barbalho inclusive foi detido, e teve que deixar o cargo de presidente do Senado em consequência da acusação de corrupção. Mesmo assim, ele também poderá retornar a outras funções políticas. (A ex-esposa de Jader Barbalho recebeu subvenção para estabelecer um ranário na Amazônia. – Como se vê as lideranças políticas brasileiras também são suscetíveis para questões ambientais!) – Também o licenciado Jorge Bornhausen, atualmente líder do *Partido da Frente Liberal* (PFL), o vice-presidente em exercício Marco Maciel e o ex-presidente José Sarney ocupam a mais de trinta anos posições de destaque na liderança política brasileira. Todos esses políticos representam quando muito apenas diferentes facetas da política conservadora, e por isso puderam agir sem nenhum problema mesmo durante o regime militar. Também a “esquerda democrática”, como o atual presidente Fernando Henrique Cardoso, que se encontrava no exílio, retornou à política brasileira logo após a anistia de 1979. O mais conhecido representante da “esquerda autêntica”, que até o momento ainda não está integrado no sistema do governo federal, Luís Inácio Lula da Silva, será pela quarta vez consecutiva em 2002 candidato a presidente do país pelo *Partido dos Trabalhadores* (PT). Também essa continuidade não simboliza uma mudança revolucionária.

Enquanto que na capa do livro “The political right in postauthoritarian Brazil” de Timothy J. Power, o presidente Sarney mostra-se impressado no sentido mais simbólico e amplo da palavra entre os seus ministros militares, Fernando Henrique Cardoso, com a faixa presidencial, parece rindo autoconsciente na capa da coleção *Democratic Brazil*. Esta coleção foi editada conjuntamente por Timothy J. Power e Peter R. Kingstone, e conta com a contribuição de um total de doze jovens brasilianistas que investigam instituições, agentes políticos e processos da atual democracia brasileira. O regime militar, o partido político do PT, a igreja católica, os novos movimentos sociais são os temas discutidos. O co-editor Peter R. Kingstone analisa o desenvolvimento econômico, enquanto que Jeffrey Cason escreve sobre a política econômica externa, e Anthony W. Pereira sobre o Estado e a violência (“State violence and the rule of law”). Thomas E. Skidmore remete na sua introdução ao curto período da prática democrática no Brasil, e menciona para isso os anos de 1934 até 1937 (sob Getúlio Vargas!) e 1946 até 1964. Não é de se admirar que também Peter R. Kingstone conclua que “the design of brazilian political institutions raises sharp doubts about the durability of democracy” (p. 186). A manutenção da credibilidade da política em períodos econômicos difíceis é a questão central para Kingstone. O apoio da economia é imprescindível para se alcançar uma democrati-

zação duradoura. Mas à política econômica muitas vezes faltou uma linha definida em virtude das decisões táticas a curto prazo: “Policy remained highly reactive to short-term problems as opposed to actively defining a coherent, long-term development path for the nation” (p. 202). Assim também nos últimos anos não foram solucionados os grandes problemas da distribuição da renda, do sistema educacional e da integração do Brasil no mercado internacional.

Autoritarismus und Wirtschaftspolitik in Brasilien (1964-1985) (Autoritarismo e Política Econômica no Brasil) é o título da dissertação de Michael Schwalbach. Além de apoiar-se na teoria da “nova economia política” (Neue Politische Ökonomie) o autor fornece uma análise e uma avaliação do plano de desenvolvimento e do programa de fomento para as regiões Norte e Nordeste no período do governo militar. O resultado desse estudo é inequívoco. A meta da diminuição das diferenças regionais entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil não podia ser realizado. O conceito da diminuição das disparidades regionais foi substituído nos anos 70 pelo conceito de a integração nacional. Com isso os objetivos da política regional foram subordinado às metas do desenvolvimento nacional.

Schwalbach se interessa especialmente pela política brasileira como “jogo elitista do poder”. O poder político da elite agrária é igualmente discutido assim como a importância dos círculos mais próximos ao presidente. Sua análise está de acordo com a argumentação aqui exposta. Schwalbach constata o fracasso da política de reforma agrária, da política de irrigação e de industrialização no Nordeste: Em nenhuma dessas esferas foram implementados programas especiais de apoio que contrariassem os vitais interesses do poder da elite regional. O apoio político dessa elite foi importante para a legitimação do governo militar nas eleições – uma situação que se assemelha seriamente à situação do “reformador” Cardoso nos últimos anos. Mesmo que a análise de Schwalbach não se reporte ao momento atual, ela não perde o seu valor. A conclusão do autor é que o “clientelismo que tem como base as desigualdades sócio-econômicas será também no futuro um problema no processo da democratização para o Brasil” (p. XXX). Ele tem a esperança de que uma ampla legitimação democrática do governo permitiria, talvez, a chance do governo federal se libertar dos donos do poder no Nordeste. Isso não ocorreu, todavia, até o momento.

Para uma compreensão do Brasil e da sua regra de jogo político é fundamental uma visão na história do país. Martonio Mont’Alverne Barreto Lima, que trabalha no poder judiciário brasileiro e é promotor público em Fortaleza, analisa em sua dissertação *Staat und Justiz in Brasilien*, defendida em Frankfurt, a história da jurisdição no Brasil desde o período colonial até hoje. Sua afirmação pode ser aceita perante a realidade da história: “A luta pela realização duma justiça democrática no Brasil ainda não está concluída” (p. XVI).

Mont’Alverne fundamenta sua argumentação, afirmando que o sistema judiciário no Brasil sempre agiu politicamente em dependência do poder estabelecido. Isso ocorreu em relação ao poder da nobreza portuguesa, que o autor descreve tomando como exemplo o Tribunal de Relação da Bahia; isso vale para o Império que ele analisa na segunda parte do trabalho, tomando como exemplo a instituição pública do Tribunal de Paz; e isto também ocorreu na República Velha onde o autor analisa como exemplo o Supremo Tribunal Federal. Para o autor essa concepção é também aceita para os dias atuais, conforme comprova sua pesquisa realizada na documentação dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal. Também a prática da instrumentalização da justiça brasileira pelos detentores do poder na campanha eleitoral do ano de 2002 confirma essa tese.

A história do poder jurídico no Brasil desconhece qualquer luta em prol da independência da justiça. Pois o Estado e a justiça sempre viveram uma relação simbiótica. “Somente em 1988, surgiu a ‘justiça independente’ por incumbência democrática da Constituição. Porém a implementação desta tarefa, como demonstra tendenciosamente a jurisdição do Supremo Tribunal Federal, não é garantida nem realizada nas condições políticas atuais” (p. 191). O autor esclarece esse fato através de uma análise sobre a origem, a formação acadêmica e conscientização política dos magistrados. E essa estrutura dependente prevalece até os dias atuais. “A justiça brasileira, sobretudo a jurisdição da constituição, funciona como sempre como guardião dum estado forte” (p. 192).

Esta perspectiva também se encontra no trabalho *Recht und Gewalt. Eine empirische Untersuchung zur Strafverfolgung in Brasilien* (Direito e Poder. Um estudo empírico sobre a jurisdição no Brasil). Laura D. von Mandach apresenta com este valioso trabalho um excelente e compreensível estudo sobre a prática do direito no Brasil. Partindo de “comentários teóricos sobre o aparelho do Estado brasileiro”, a autora comprova na sua pesquisa sobre o sistema de perseguições penais a tese de que a desigualdade social no Brasil existe em virtude da estrutura do direito e da prática da justiça. A abertura política no Brasil não implicou num fortalecimento dos direitos humanos e o uso da violência pelas forças estatais não decresce (p. 251). A desigualdade social no Brasil corresponde com a prática desigual de justiça e do uso de poder, que é aceita tanto pela classe média como pela opinião pública em geral. A conclusão de von Mandach é conseqüente: “Projetos de modernização em particular levam ao fracasso quando ignoram as expectativas hegemônicas da sociedade e formulam metas ideais e irrealis. [...] As forças progressivas da sociedade civil muitas vezes lutam contra inimigos imaginários ou falsos. Dificilmente se consegue desmascarar este sistema como uma sociedade de exclusão” (p. 264).

Um problema que nas discussões alemãs sobre o Brasil surpreendentemente vem ocupando um grande espaço é a questão agrária. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não cuida sem motivo de sua website <www.mst.org.br> também em língua alemã. A vasta e desproporcional influência do MST na produção da imagem do Brasil no contexto global, se explica em primeiro lugar pela sua presença na mídia: Suas informações existem em espanhol, inglês, francês, italiano, alemão e sueco! – Os autores que são apresentados neste artigo se ocupam com os mais diferentes aspectos do tema da “reforma agrária”, discutido desde décadas no Brasil e no exterior. Detlef Barth pesquisa em sua dissertação (Speyer 1997) *Brasiliens Verfassung und die Agrarreform* (A Constituição Brasileira e a Reforma Agrária). Ele acentua o significado econômico dos setores agrários brasileiros e descreve a história da reforma agrária no Brasil e os antecedentes históricos da Constituição de 1988. Em seguida pesquisa o tratamento dado à reforma agrária nas discussões na Constituinte. “Vendo-se o perfil social dos membros da Constituinte, fica evidente a presença extraordinária de latifundiários na Assembléia. Aproximadamente 25% dos deputados da Constituinte pertencem ao grupo dos grandes proprietários” (p. 236). Barth considera que o fracasso de uma ampla e eficiente reforma agrária no Brasil é uma questão política. Ele não vê nenhum processo de transformação na democratização, mas, e com razão, somente “uma mudança do regime sem uma mudança da elite” (p. 234), um processo comprometido com compromissos e dirigido de cima para baixo pelos donos do poder. Mesmo que o Brasil tivesse um outro texto de Constituição, isso certamente pouco teria mudado no equilíbrio dos poderes, pois a Constituição de 1988 era basicamente um texto a ser revisto: Somente nos primeiros treze anos

de sua existência, ela sofreu 37 revisões, mais vezes que qualquer constituição anterior do Brasil.

Silvio Andrade pesquisa em seu livro *Land in Sicht?* (Terra à vista?) a mudança da estrutura agrária no Rio Grande do Sul e a “participação” do MST neste processo desde 1985. Em sua análise é o MST um movimento social, e não um sindicato ou partido. Ele acredita que o MST, através da sua alta capacidade de mobilização, pôde conseguir inicialmente durante o período de transição alguns sucessos com seus *assentamentos*. “O coletivo pareceu ser a alternativa adequada para superar a situação social marginal” (p. 169). Mas hoje a maioria dos assentamentos praticam uma forma econômica individual; a prática econômica dos pequenos agricultores se restabeleceu e a continuação deste “desenvolvimento muito interessante” é de se esperar. Isto não ocorre apenas no campo social. Também politicamente o MST é tanto como antes um agente com grande efeito na mídia brasileira.

Outro importante tema regional Philipp Hartmann escolheu para sua análise da *Agrarreform im brasilianischen Bundesstaat Ceará*. Mesmo que desde 1987 o Ceará obtenha uma posição diferenciada no contexto da estrutura conservadora do Nordeste, através da reforma política (“governo de mudanças”) dos governadores Tasso Jereissati e Ciro Gomes, as conseqüências da reforma agrária tiveram pouco resultado quanto à situação da renda da população rural. Concretamente a reforma atingiu até setembro de 1998 apenas 6,75% da área rural produtiva no Ceará. Somente cerca de 8% das famílias sem terra foram beneficiadas pela administração estatal com a posse de títulos de terra. Na visão de Hartmann isso correspondeu apenas a uma partilha de terras, mas não de renda. Essas famílias permanecem na margem da pobreza, de modo que já se fala de uma “Não-Reforma Agrária”.

Já Michael Schwalbach constatou (p. 127) corretamente que a reforma agrária durante o regime militar fracassou em virtude das estratégias de bloqueio empreendidas pela elite agrária do Nordeste. Os interesses dessa elite ficaram inalterados pelo governo em troca de apoio político, econômico e administrativo. Os sem terra ou os pequenos produtores não tiveram entretanto possibilidades de encaminhar seus interesses no processo de decisões políticas e econômicas.

No Brasil associa-se frequentemente a questão da divisão de terras com a questão do poder. Não há intenção de se negar aqui a importância da questão agrária. Todavia, o crescimento econômico assim como o movimento migratório do campo para a cidade nas últimas décadas contribuíram para relativizar a força explosiva política e econômica desta questão.

50 anos atrás a maior parte do Brasil tinha características rurais. Atualmente apenas 15% da população permanece no campo, enquanto que 85% vive nas cidades. O Brasil apresenta hoje, ao lado da Argentina, o maior grau de urbanização na América Latina. Uma possível virada do atual equilíbrio de poderes no Brasil certamente não será iniciada pelo setor rural, porque a elite já tem desde algum tempo transferido a sua base econômica para o setor terceiro, como para o setor bancário ou para as grandes empresas de comunicação.

Uma temática muito discutida internacionalmente foi objeto de interesse de Argemiro Procópio: *O Brasil no mundo das drogas*. Ele procura “fazer uma pequena sociologia brasileira das drogas no contexto das relações internacionais”. A integração continental promovida pelas drogas é realidade. Na sua opinião isso foi favorecido no caso do Brasil

através de uma infra-estrutura já existente para qualquer tipo de contrabando. O problema das drogas é ao mesmo tempo uma consequência da problemática social do Brasil, que por sua vez agrava essa situação. No Brasil, argumenta Procópio, a violência do trânsito e das drogas mata mais gente que todas as guerras e revoluções da história nacional (p. 170).

“O equacionamento da problemática social e da ordem pública e a luta contra a corrupção são incompatíveis com as regalias outorgadas à elite e a certos funcionários do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Tais desigualdades, cúmplices da imoralidade administrativa, significam problema sério de governabilidade, porque o privilégio transforma o cidadão em membro de uma sociedade onde se acata e não se cumpre a lei” (p. 241). Como no momento –pelo menos na estatística norte-americana– o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, a questão das drogas poderá transformar-se, inclusive, na visão do exterior, cada vez mais num fator de insegurança.

Onde o Brasil se encontra na constatação dessas falhas e defeitos? O Brasil encontra-se economicamente e politicamente bem. O Brasil é sem dúvida o “número 1” na América Latina, uma vez que o México é hoje de fato uma parte da América do Norte, e a Argentina está ocupada consigo mesma. Mas, na América Latina o Brasil ainda preenche um certo papel especial. Esse contexto latino-americano do Brasil, que na pesquisa nem sempre foi especificado como tema, é o assunto da coleção *As Américas do Sul: O Brasil no Contexto Latino-Americano*, editado por Walter Bruno Berg e outros. Os textos são resultados de um encontro realizado em junho de 1995, por isso não são mais tão atuais. (Além do mais dominava em 1995 a euforia do início do elucidado governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.) Mas isso não faz mal nenhum, porque os temas tratados pelos 22 autores (estudiosos da literatura, filósofos, cientistas políticos e sociais, antropólogos, historiadores e teólogos), não abordam questões da atualidade. As perguntas são: Como o Brasil é visto pelo mundo e pela América Latina? E como o Brasil vê a si mesmo?

Dos textos muito diversificados dessa coleção, deve ser aqui mencionado apenas o trabalho de Achim Schrader: “Ainda existem ‘os dois Brasis’? Sobre as estruturas sociais e as imagens da estrutura social no Brasil” (pp. 270-277). Schrader alerta com razão, que habitualmente se explica o Brasil através da disparidade e do paradoxo. Porém, a dicotomia e o antagonismo suposto são produtos de *uma* sociedade e de *uma* política. As esperanças, que o Brasil pretensamente “moderno” vencesse o Brasil tradicional e “anti-moderno”, são ilusões. O fracasso da Nova República é aqui somente um elemento a mais na continuidade da história brasileira. Schrader aposta numa “inclusão parcial” dos até então excluídos da sociedade. “Os inúmeros estudos sobre a área entre os extremos sociais mostram bem claro que não há como continuar identificando dois Brasis e manter as teorias dualistas da estrutura da sociedade brasileira. Sem que se ignore o fato de que realmente existam pobreza e riqueza extremas, total impotência e extrema potência políticas, exclusão e inclusão extensas, a dinâmica social, política e econômica não se desenvolve no confronto entre os extremos, mas onde os pobres lutam para ser um pouco menos pobres, os sem poder ganham um pouco mais de influência, os excluídos conseguem uma inclusão parcial” (p. 277). Nesse pequeno progresso na mudança da sociedade encontra-se de certo modo a realidade da “aprendizagem coletiva”, que Manfred Wöhlcke exige da sociedade brasileira.

Em 1985, Guillermo O’Donnell salienta o medo (citado em Power, p. 9) de um colapso das “novas democracias” em virtude das tensões sociais e econômicas. No nosso

entender esse medo é completamente sem razão: Essa “nova democracia” existiu na realidade política e social do Brasil somente como uma “democracia imperfeita”. A “democratização” não tocou em rendas e bens particulares, nem nas bases dos poderes regionais das famílias tradicionais. Nem a democratização nem a abertura econômica relativa do Brasil nos anos 90 conseguiram invalidar as regras políticas desenvolvidas desde o século XIX. O jogo político no Brasil também não é definido na “Nova República” pela democracia, fidelidade à lei e respeito à constituição; mas sim, pelas regras do jogo do clientelismo, do patrimonialismo, da corrupção e da patronagem, regras informais e anti-modernas. A política interna do Brasil dos anos 2001 e 2002 ofereceu a todos os interessados, quase todos os dias, a este respeito uma aula de amostra. Apesar do Brasil possuir hoje a mais volumosa constituição da sua história, se apresenta tão pouco como um estado de direito como a Velha República, o Regime de Vargas ou a Ditadura Militar. Política no Brasil deve ser vista ainda hoje vinculada às pessoas e não deve ser discutida apenas institucionalmente. O cargo político e a pessoa se fundem dentro de um sistema que funciona como uma rede de relações individuais e não sobre competências definidas por leis. A tentativa do reformador Fernando Henrique Cardoso desde de 1994 de modernizar o Brasil, com a integração dos tradicionais “donos do poder” do PFL, simplesmente fracassou. Atualmente Cardoso tenta, no final de seu longo governo, emancipar-se de seus antigos garantes do poder, embora paralelamente queira assegurar ao seu partido, e especialmente aos seus amigos pessoais, o poder em Brasília também no futuro. Se essa tentativa terá êxito, permanece em aberto neste momento. Uma retrospectiva na história do Brasil adverte aqui no entanto para uma visão cética: A persistência das velhas estruturas e relações de poder sempre se comprovou no Brasil como mais forte que um efêmero reformismo ou apenas ambições voluntaristas do poder.

O desejo de mudança as condições sociais, econômicas, judiciais e de poder do Brasil se fez presente em todos os trabalhos aqui mencionados. As análises dos autores comprovaram também que essa esperança permanecerá por muito tempo apenas um desejo. Porém, isso não deve surpreender a ninguém que com seriedade se ocupa com o Brasil. Manfred Nitsch já observou em 1979 que “no Brasil como nos outros países do Terceiro Mundo se desenvolve com base nas estruturas socio-econômicas algo diverso daquilo que temos visto no leste e no oeste e no sul até hoje. Por isso, temos que revisar os nossos esquemas tradicionais de pensar” (Nitsch 1979, p. 155). Essa exigência às ciências econômicas e sociais é hoje mais atual do que nunca.

Bibliografia

- Andrae, Silvio (1998): *Land in Sicht? Ländliche Entwicklung und Agrarstrukturen unter dem Einfluß der “Landlosenbewegung” in Rio Grande do Sul, Brasilien*. Mettingen: Brasilienkunde-Verlag (Aspekte der Brasilienkunde, 17). 183 páginas.
- Barth, Detlef (1998): *Brasiliens Verfassung und die Agrarreform. Agrarstruktur und Entwicklung. Die Agrarreform in Brasilien im Prozeß der Transformation unter besonderer Berücksichtigung der Verfassunggebung von 1987/88*. Mettingen: Brasilienkunde-Verlag (Aspekte der Brasilienkunde, 19). 319 páginas.
- Berg, Walter Bruno/Nogueira Brieger, Cláudia/Michael, Joachim/Schäffauer, Markus Klaus (eds.) (2001): *As Américas do Sul: O Brasil no contexto latino-americano*. Tübingen: Niemeyer (Beihefte zur Iberoromania, 17). 321 páginas.

- Hartmann, Philipp (1999): *Agrarreform im brasilianischen Bundesstaat Ceará. Ökonomische Analyse und Bewertung*. Marburg: Tectum (Wirtschaftspolitische Forschungsarbeiten der Universität zu Köln, 33). 106 páginas.
- Kingstone, Peter R./Power, Timothy J. (eds.) (2000): *Democratic Brazil: actors, institutions, and processes*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 339 páginas.
- Mandach, Laura D. von (2000): *Recht und Gewalt. Eine empirische Untersuchung zur Strafverfolgung in Brasilien*. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik (Forschungen zu Lateinamerika, 37). 290 páginas.
- Mont'Alverne Barreto Lima, Martonio (1999): *Staat und Justiz in Brasilien. Zur historischen Entwicklung der Justizfunktion in Brasilien: Kolonialgerichtsbarkeit in Bahia, Richterschaft im Kaiserreich und Verfassungsgerichtsbarkeit in der Republik*. Frankfurt/M., etc.: Lang (Schriften der Deutsch-Brasilianischen Juristenvereinigung, 28). 214 páginas.
- Nitsch, Manfred (1979): Liegt die ordnungspolitische Zukunft Brasiliens im Staatskapitalismus? Em: Hanns-Albert Steger/Jürgen Schneider (eds.): *Aktuelle Perspektiven Brasiliens*. München: Fink, pp. 155-172.
- Novy, Andreas (2001): *Brasilien: Die Unordnung der Peripherie. Von der Sklavenhaltergesellschaft zur Diktatur des Geldes*. Wien: Promedia (Edition Weltgeschichte, 3). 364 páginas.
- Power, Timothy J. (2000): *The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park, PA: The Pennsylvania State University. 284 páginas.
- Procópio, Argemiro (1999): *O Brasil no mundo das drogas*. 2a edição revista. Petrópolis: Vozes. 253 páginas.
- Schwalbach, Michael (1999): *Autoritarismus und Wirtschaftspolitik in Brasilien (1964-1985). Zur politischen Ökonomie der wirtschaftlichen Entwicklung der Nordostregion*. Frankfurt/M., etc.: Lang (Europäische Hochschulschriften: Reihe 5, Volks- und Betriebswirtschaft, 2419). 297 páginas.
- Wöhlcke, Manfred (2000): *500 Jahre Brasilien. Die Entstehung einer Nation*. Strasshof: Vier-Viertel-Verlag. 157 páginas.